

PROTOCOLO

Processo : 70599881 Dat: 26/06/2017 Hor: 11:07
Nome : XXXXXXXXXX
Assunto : REQUERIMENTO
Orgao : SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
Local : SETOR DE PROTOCOLO
Informacoes - www.goiania.go.gov.br

VIA REEMITIDA

REQUERIMENTO



Processo: 70599881 Data: 26/06/2017 Hora: 11:07
Nome : XXXXXXXXXX
Assunto : REQUERIMENTO
Orgao : SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
Local : SETOR DE PROTOCOLO

Adicional : CPF.124.649.021-87
Historico : SOLICITO PAGAMENTO DO FGTS CONFORME REQUERIMENTO
DOCUMENTO EM ANEXO
10/08/2017 DR. WELLINGTON
01/09/17 PARECER N|| 1640/2017
04/09/2017 DESPACHO N: 7617/2017 GABSEC LVS (ENVIO
DOS AUTOS L SEMAD)
** ALTERACAO DE LOTACAO O.S. 280495 ** 13/03/21
Telefone : 99798658

Resp. Protocolo : 364568 - MARIA FRANCISCA BRITO DOS SANTOS
Resp. Reemissao : 1089102 - SILVIA ROSA DE REZENDE SOUSA

Fica o requerente ciente que apos 60 (sessenta) dias da abertura do processo, havendo pendencias, o mesmo sera arquivado.

O REQUERENTE ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMACOES ACIMA PRESTADAS.

Goiania, 26 de junho de 2017 .

Assinatura do Requerente

CI Numr: _____ CPF: _____



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

PGM – SEAP

Folha ou peça nº

Assinatura / Rubrica

Procuradoria-Geral do Município

**Procuradoria Especial de Assuntos Administrativos
Subprocuradoria Especial de Assuntos de Pessoal**

PROCESSO Nº : 70599881/2017

NOME

:

ASSUNTO

: **REQUERIMENTO**

PARECER nº. 1640/2017 – SEAP

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL.
ADMINISTRATIVO. TRABALHO. FGTS. PRESCRIÇÃO
BIENAL E QUINQUENAL. REQUERIMENTO
ADMINISTRATIVO EXTEMPORÂNEO. PRESCRIÇÃO
RECONHECIDA DE OFÍCIO. PARECER PELO
INDEFERIMENTO DA PRETENSÃO POSTA NOS AUTOS.

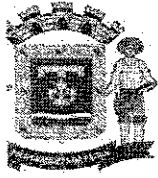
I – DO RELATÓRIO.

01. O feito em tela cuida de requerimento administrativo formulado por ex servidor público, no afã de obter o “pagamento de FGTS” pelos períodos trabalhados nos anos de 1976 a 1978 e, por fim, 1980 a 1981.

02. Sem maiores delongas é o que, de fato, importa relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

03. *Ab initio*, insta ressaltar que os direitos sociais surgiram na tentativa de resolver



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

PGM - SEAP
Folha ou peça nº
Assinatura / Rubrica

Procuradoria-Geral do Município

**Procuradoria Especial de Assuntos Administrativos
Subprocuradoria Especial de Assuntos de Pessoal**

uma profunda crise de desigualdade social que se instaurou no mundo no período pós guerra. Fundados no princípio da **solidariedade humana**, os direitos sociais foram alçados a categorias jurídicas concretizadoras dos postulados da justiça social, dependentes, entretanto, de execução de políticas públicas voltadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres¹.

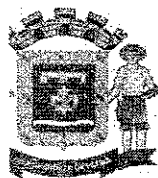
04. Analisando a Constituição Federal, verifico que o art. 7º declara os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre os quais se destaca o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (art. 7º, III).

05. Certo é que as verbas atinentes ao FGTS constituem-se em cifras mensalmente depositadas pelo empregador, em conta de propriedade do trabalhador, sendo, pois de propriedade deste, pelo que está autorizado, nas hipóteses previstas em lei, a promover os respectivos saques. É dizer, o FGTS nada mais é do que uma conta bancária, aberta em nome do trabalhador e vinculada a ele no momento em que celebra seu primeiro contrato de trabalho.

06. Pois bem, por ser o FGTS expressamente previsto na Constituição Federal como sendo **direito dos trabalhadores** urbanos e rurais, deve, portanto, se sujeitar às prescrições trabalhistas, de dois e cinco anos, com espeque no inciso XXIX, do Art. 7º, da Magna Carta.

07. Assim sendo, se o empregador não faz os depósitos do FGTS na conta do

¹ COMPARATO, Fábio Konder. "Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas". In *Revista de Informação Legislativa*, nº 138, abril/junho, 1998, p. 39-48.



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

PGM – SEAP

Folha ou peça nº

Assinatura / Rubrica

Procuradoria-Geral do Município

**Procuradoria Especial de Assuntos Administrativos
Subprocuradoria Especial de Assuntos de Pessoal**

empregado, este poderá pleitear junto àquele o respectivo numerário, desde que respeitadas as aludidas prescrições (bienal e quinquenal).

08. Vejamos a redação do Texto Maior:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

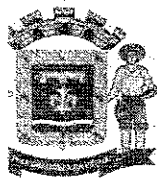
(...)

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

09. Neste prisma, após a extinção do contrato de trabalho, o empregado tem até dois anos para ingressar com a ação, sob pena de prescrição. Uma vez ajuizando a demanda no prazo bienal, poderá pleitear apenas os direitos referentes aos últimos cinco anos, contados da data da propositura da ação, de sorte que, as verbas anteriores a tal prazo também não mais serão devidas, porquanto a incidência do instituto da prescrição.

10. Sobre o tema, vejamos tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal:

“Limita-se a cinco anos o prazo prescricional relativo à cobrança judicial de valores devidos, pelos empregados e pelos tomadores de serviço, ao FGTS. Com base nesse entendimento, o Plenário, por



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

PGM – SEAP

Folha ou peça nº

Assinatura / Rubrica

Procuradoria-Geral do Município

**Procuradoria Especial de Assuntos Administrativos
Subprocuradoria Especial de Assuntos de Pessoal**

maioria, negou provimento a recurso extraordinário com agravo e alterou orientação jurisprudencial — que fixava prazo prescricional de 30 anos — para estabelecer novo lapso temporal (quinquenário), a contar do presente julgado. (Info. 767 - ARE 709212/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, 13.11.2014. ARE-709212)”

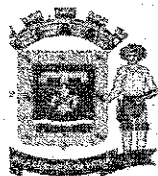
11. Servindo à segurança e à paz pública, sendo, a bem da verdade, um limite temporal à eficácia da pretensão, a prescrição há de ser observada em quaisquer demandas e/ou requerimentos que forem formulados (em face da) à Fazenda Pública.

10. Com isto, não tendo havido o correto pagamento ao requerente, a tempo e modo, surge para este, porquanto ser titular do direito, a pretensão, que, em apertada síntese, constitui-se como o poder de exigir do devedor o cumprimento de sua obrigação. Afinal de contas, o direito a uma pretensão tem, indubitavelmente, como correlativo, o dever jurídico.

13. Entrementes, sem maiores atrasas, forte no documento de fls. 06, constato que o prazo **bienal** descrito na Constituição não fora observado pelo requerente, porquanto a exteriorização de sua pretensão de ocorrido somente aos 26 de junho de 2017 (data do protocolo deste requerimento), ao tempo em que a extinção do seu vínculo de emprego ocorrera nos idos de 1981, quando da modificação de seu regime para estatutário.²

www.goiania-go.gov.br

² Observo, ainda, que o requerente fora exonerado dos quadros da Administração aos 22/10/1984.



Procuradoria-Geral do Município

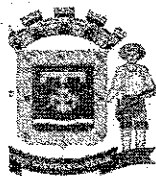
**Procuradoria Especial de Assuntos Administrativos
Subprocuradoria Especial de Assuntos de Pessoal**

14. Assim sendo, e mesmo sem haver a necessidade de maiores aprofundamentos quanto a modulação dos efeitos do RE 709212/DF, da rel. Min. Gilmar Mendes, julgado aos 13.11.2014, reconheço, de ofício, a prescrição da pretensão deduzida nestes autos para ser de parecer pelo indeferimento do pedido aqui posto pelo ex servidor.

III – DA CONCLUSÃO.

15. *Modus in rebus*, à luz do exposto e de tudo o mais que do feito consta, forte nos incisos III, XXIX, do art. 7º, da Constituição Federal c/c RE 709212/DF e demais precedentes dos Tribunais de superposição, sou de **PARECER pelo INDEFERIMENTO** do pedido formulado pelo requerente em documento de fls. 03, porquanto a incidência da prescrição de sua pretensão.

16. Registre-se, por oportuno, que o presente parecer é meramente opinativo, não sendo obrigatório e tampouco vinculante, de modo que não tem o condão de compelir a Administração que emitirá decisão sobre o assunto, nos moldes do que fora ilustrado pelo então Ministro Joaquim Barbosa, no julgamento do MS 24.631. À evidência, o Código de Processo Civil, cujo Título VI estabelece normas sobre Advocacia Pública, determina, no artigo 184, que “o membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções”, pelo que garante o exercício das funções do Procurador efetivo, consideradas essenciais à justiça pelos artigos 131 e 133 da Constituição Federal, com a garantia da inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão. No mesmo



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

PGM – SEAP

Folha ou peça nº

Assinatura / Rubrica

Procuradoria-Geral do Município

**Procuradoria Especial de Assuntos Administrativos
Subprocuradoria Especial de Assuntos de Pessoal**

sentido, as Súmulas n. 1, 2 e 6, todas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

É o entendimento sobre o caso objurgado, salvo melhor juízo, pelo que recomendo, por consecutivo, o retorno dos autos à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD para as providências de mister, a exemplo da promoção de ciência do requerente na forma da lei n. 9.861/2016.

Antes, porém, à consideração Superior.

SUBPROCURADORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS DE PESSOAL do

Município de Goiânia/GO, em 01 de setembro de 2017

WELLINGTON FERNANDES DE O. JÚNIOR

Procurador do Município de Goiânia

OAB/GO 4.7081 | Mat. 13.11824

I Concurso Público – Edital 01/2015

RELAÇÃO DE PARECERES
PARECER RETRO
Em 01/09/2017

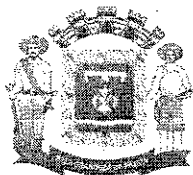
Subprocuradoria dos Assuntos
Administrativos P.G.M.

CATARINA COELHO VELLOSO

Procuradora do Município

OAB/GO 47.827

www.goiania.go.gov.br



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

PGM – GAPG

Folha ou peça nº

Assinatura / Rubrica

Procuradoria-Geral do Município
Gabinete da Procuradora-Geral

Processo nº : 70599881/2017 (juntado:750566)

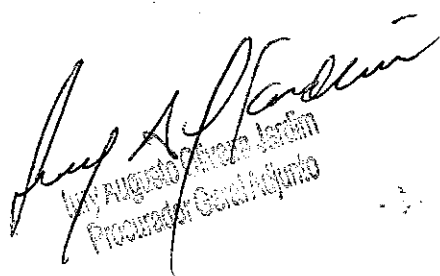
Nome : [REDACTED]

Assunto : Requerimento

DESPACHO Nº 7617/2017

Acato o Parecer nº1640/2017, retro, emitido pela *Subprocuradoria Especial de Assuntos de Pessoal*, determinando o envio dos autos à **Secretaria Municipal de Administração- SEMAD**, para providências que o caso requer.


GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO, aos 04 dias do mês de Setembro de 2017.


Anna Vitória Gomes Caiado
Procuradora-Geral Adjunta

ANNA VITÓRIA GOMES CAIADO
Procuradora-Geral do Município

B:ivs

Av. do Cerrado, nº 999, 1º andar,
Park Lozandes, Paço Municipal – Goiânia – GO
CEP: 74884-900 – Tel.: (62) 3524-1007
GAPG: 3524-8195, 3524-8193 e 3524-1033
Email-pgmgoiania@gmail.com


Rafael de Moraes Brandão
Chefe de Gabinete - PGM
OAB 34217